



# GÊNERO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO: O CURRÍCULO UNIVERSITÁRIO E SUAS IMPLICAÇÕES NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DE CIÊNCIAS HUMANAS DA FACULDADE SESI-SP DE EDUCAÇÃO.

Sabrina Lina Figueredo Gonçalves <sup>1</sup>

## RESUMO

Esta pesquisa busca responder uma pergunta aparentemente simples: os professores formados na licenciatura se sentem preparados para abordar as questões de gênero e sexualidade nas escolas de ensino básico? Para isso, foi conduzido um estudo de caso do currículo de Ciências Humanas na Faculdade Sesi de Educação de São Paulo, além de uma pesquisa participante para entender as perspectivas dos estudantes (professores em formação) e dos docentes do curso. A pesquisa parte da perspectiva de que gênero e sexualidade são construções culturais, rejeitando abordagens biologizantes, e considera a matriz heterossexual como a raiz das implicações sociais frequentemente presentes nas instituições educacionais, que se manifestam em preconceito, discriminação e violência. Nesse contexto, o currículo se destaca como uma ferramenta crucial na formação das visões dos futuros educadores e, conseqüentemente, das percepções dos estudantes. Para que isso seja efetivo, é fundamental entender o currículo como um espelho das identidades, que incorpora concepções de mundo e dinâmicas de poder. Ao examinar o currículo de Ciências Humanas da Faculdade Sesi de Educação de São Paulo e considerar as opiniões dos professores em formação e formados, fica claro que as questões de gênero e sexualidade são abordadas apenas superficialmente, com chances de aprofundamento em algumas componentes do currículo. No entanto, essa abordagem muitas vezes depende das preferências individuais dos professores, o que pode resultar em uma compreensão limitada e não crítica. Como conclusão, ressalta-se a importância de uma abordagem mais eficaz das questões de gênero e sexualidade no currículo, superando a perspectiva multiculturalista que enfatiza apenas respeito e tolerância. É essencial reconhecer como o pensamento binário e a heteronormatividade permeiam as epistemologias atuais e assim desafiar as estruturas normativas da sociedade, visando uma educação e sociedade alternativas-futuras, inclusivas e diversas.

**Palavras-chave:** Gênero; Sexualidade; Formação de professores; Currículo; Educação.

## INTRODUÇÃO

A incitação dessa pesquisa parte da vontade de responder uma pergunta relativamente simples: ao se formarem na licenciatura, os/as professores/as se sentem aptos para abordar as temáticas de gênero e sexualidade nas escolas de educação básica? Ao responder essa questão, o objetivo é de estimular um debate sobre as ideias e valores que os/as educadores/as estão perpetuando e fortalecendo por meio de suas práticas pedagógicas, além de ilustrar como a

---

<sup>1</sup> Graduada do Curso de **Licenciatura em Ciências Humanas** da Faculdade SESI-SP de Educação, [sabrinalinaf@gmail.com](mailto:sabrinalinaf@gmail.com).



nossa abordagem educacional deve estar intrinsecamente ligada ao projeto de sociedade que aspiramos.

Parte de como se desdobra as categorias de gênero e sexualidade no espaço escolar diz respeito a quem constrói esse espaço, ou seja, o corpo pedagógico - professores, coordenadores, diretores etc. Esses que por sua vez são guiados por um documento de currículo, que reúne o que deve ser ensinado, e por ausência, o que não deve também. Dessa maneira, a proposta aqui não é analisar o currículo de uma determinada escola ou rede de escolas, mas analisar como é formado os professores, que em algum momento irão compor o corpo pedagógico dessas escolas e por fim passarão a tomar decisões sobre o que e de que forma ensinar.

que tange aos pressupostos teóricos, os conceitos de gênero e sexualidade apresentados recusam a visão biologizante; ou seja, aquela que segue uma matriz heterossexual (BUTLER, 2021), onde os órgãos sexuais macho, fêmea e intersexo são exclusivamente definidores de uma sequência lógica e consequencial de como se deve identificar em questão de gênero e de quem se deve sentir atraído em questão de sexualidade. Ou seja, o sistema binário "sexo-gênero-desejo" (BUTLER, 2021). Não há dados científicos que sustentem essa sequência. O sexo enquanto genitália e composições genéticas não determina a identidade de gênero ou orientação sexual, que por sua vez é construída de múltiplos fatores, sejam eles biológicos, discursivos, culturais, psíquicos etc. Ancorada na teoria queer de Judith Butler e na crítica ao sistema binário, Louro coloca:

A declaração "É uma menina!" ou "É um menino!" [...] instala um processo que, supostamente, deve seguir determinado rumo ou direção. [...] Um processo que é baseado em características físicas que são vistas como diferenças e as quais se atribui significados culturais. Afirma-se e reitera-se uma sequência de muitos modos já consagrada, a sequência sexo-gênero- sexualidade. O ato de nomear o corpo acontece no interior da lógica que supõe o sexo como um "dado" anterior a cultura e lhe atribui um caráter imutável, a-histórico e binário. Tal lógica implica que esse "dado" anterior a cultura vai determinar o gênero e induzir a uma única forma de desejo. Supostamente não há outra possibilidade senão seguir a ordem prevista. A afirmação "é um menino" ou "é uma menina" inaugura um processo de masculinização ou de feminilização com a qual o sujeito se compromete" (LOURO, 2020, p. 15).

Logo, fica claro que a sequência sexo-gênero-sexualidade foi criada, normatizada e naturalizada por uma cultura hegemônica através de relações de poder-saber (FOUCAULT, 2010). Essa normalização da binaridade e biologização marginaliza outras identidades de gênero e



sexualidade, além de desconsiderar o caráter fluído dessas identidades. Daí se institui diversas problemáticas que encaramos socialmente, preconceitos baseados na lógica da heteronormatividade e da heterossexualidade compulsórias – visto que a norma de sexo-gênero-sexualidade estabelece uma relação de poder, na qual tem no topo da pirâmide o homem-heterossexual-branco. É principalmente ele quem define o “outro”, tendo a si como o único parâmetro legítimo de existência. O efeito é que pessoas que fogem essa norma não são recomendadas à sociedade, passando assim por um processo de violência:

Ainda que sejam tomadas todas as precauções, não há como impedir que alguns se atrevam a subverter as normas. Esses se tornarão, então, os alvos preferenciais das pedagogias corretivas e das ações de recuperação ou da punição. Para eles e para elas a sociedade reservará penalidades, sanções, reformas e exclusões. (LOURO, 2020, p. 16).

É relevante ressaltar alguns dados fruto dessas pedagogias corretivas praticadas socialmente (incluindo a e na escola), segundo o relatório anual de mortes LGBTQIAPN+<sup>2</sup> de 2019, realizado pela organização não governamental Grupo Gay da Bahia (GGB), a cada 26 horas uma pessoa é assassinado ou se suicida vítima da LGBTfobia. Outrossim, o Dossiê Assassinatos e Violência Contra Travestis e Transexuais Brasileiras em 2020, disponibilizado pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), "o Brasil assegurou para si o 1º lugar no ranking dos assassinatos de pessoas trans" (BENEVIDES; SAYONARA NAIDER BONFIM NOGUEIRA, 2021, p. 7). Ainda sobre violência de gênero, conforme Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020 - que analisa o ano anterior 2019 -, 1.326 mulheres foram assassinadas em consequência do feminicídio. O Brasil registrou 66.123 boletins de ocorrência de estupro e estupro de vulnerável – sendo que 85,7% dessas ocorrências se referem as mulheres.

Ademais é importante ter no horizonte o conceito da interseccionalidade como ferramenta analítica (COLLINS; BILGE, 2021), compreendendo, portanto, que ao se tratar de identidade de gênero e sexualidade/orientação sexual, é inevitável não atrelar a outros demarcadores sociais, como por exemplo raça e classe etc. Embora essas outras categorias não sejam privilegiadas diretamente nesse trabalho, compreendo sua igual importância.

---

<sup>2</sup> Sigla para Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais.



O conceito de currículo será abordado a partir da contribuição de Silva (2019), para ele o currículo é um documento de identidade, que carrega em si concepções de mundo e está carregado de relações de poder, ou como propõe Foucault (2010), relações de poder-saber. Para Silva (2019) podemos analisar esses documentos de identidades a partir de três teorias.

As teorias tradicionais ganham notoriedade sobretudo nos Estados Unidos, a após a publicação do livro "the curriculum", de John Franklin Bobbit - contemplando o cenário histórico da primeira metade do século XX, onde estava estabelecido o modelo de produção industrial taylorista. Dessa forma o currículo passa a ser burocrático e organizacional, tinha o objetivo de preparar para a vida adulta, conseqüentemente para o mercado de trabalho. Conforme SILVA, "o modelo de Bobbit estava claramente voltado para a economia. Sua palavra-chave era 'eficiência'. O modelo educacional deveria ser tão eficiente quanto qualquer outra empresa econômica" (2019, p. 23).

As teorias críticas aparecem a partir dos anos 60 para se opor as teorias tradicionais, acusando-as por manterem o status quo, bem como de manterem e darem insumos para o desenvolvimento capitalista. Dessa forma, a escola e, portanto, o currículo, estaria a serviço de uma ideologia da classe dominante. Logo, pautado em uma teoria marxista como de Althusser e na teoria de reprodução cultural de Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, a teoria crítica propõe uma emancipação da classe trabalhadora ou classe dominada. As teorias críticas emergem as relações de poder, que antes se pressuponha como neutras.

Por último, e não menos importante, as teorias pós críticas, além de também traçarem críticas as teorias tradicionais, complementam as teorias críticas. Surgem no cenário da pós-modernidade e são marcadas pelas teorias pós estruturalistas, pautadas nos estudos culturais. Alertam para o fato que, além da questão de classe, há outros mecanismos de dominação, como as de raça, gênero, sexualidades etc., que por sua vez, têm no currículo um lugar de reprodução. Nas teorias pós críticas destacam-se as teorias feministas, interseccionais, queer e decoloniais. Enquanto as teorias tradicionais buscam polarizar sujeito e objeto, buscando então uma suposta neutralidade, as teorias críticas e pós críticas colocaram esse pensamento por terra, escancarando que não há neutralidade, sujeito e objeto estão imbricados. Ao escolher determinado conhecimento com válido, verdadeiro, legítimo, estamos estabelecendo relações de poder. Para as teorias críticas, esse poder é estrutural e centralizado no sistema capitalista, portanto primazia as questões de classe. Enquanto as teorias pós críticas compreendem o poder como uma rede, que se espalha e ramifica para além das questões de classe.

Para compreender melhor essa relação de poder, apresento uma linha de raciocínio estabelecida a partir dos escritos de SILVA, (2019).



A questão central que serve de pano de fundo para qualquer teoria de currículo é a de saber qual conhecimento deve ser ensinado. [...] Ao final, entretanto, elas têm de voltar à questão básica: o que eles ou elas devem saber? Qual conhecimento ou saber é considerado importante ou válido ou essencial para merecer ser considerado parte do currículo? [...] a pergunta "o quê?" nunca está separada de uma outra importante pergunta "o que eles ou elas devem ser" ou melhor "o que eles ou elas devem se tornar". Afinal, um currículo busca precisamente modificar as pessoas que vão "seguir" aquele currículo. [...] Qual é o tipo de ser humano desejável para um determinado tipo de sociedade? [...] A cada um desses "modelos" de ser humano corresponderá um tipo de conhecimento, um tipo de currículo. No fundo as teorias de currículo, está, pois, uma questão de "identidade" ou de "subjatividade" (SILVA, 2019, p. 14 -15).

Como vem sendo ressaltado, há projetos de sociedade e de educação em disputa, ou seja, em constante relações de poder. Dessa forma, o currículo também está em disputa, nesse sentido, as perguntas feitas por SILVA (2019) são de extrema importância, pensadas conscientemente ou não, elas reverberam no currículo um efeito, uma ação, uma escolha. Inspirada nas teorias queer de Judith Butler, Louro (2020) nos dá a ideia de “estranhar o currículo”, de tratá-lo “com um texto generificado e sexualizado” (p. 60), dessa forma, estranhar o currículo seria:

[...] passar dos limites, atravessar-se, desconfiar do que está posto e olhar de mau jeito o que está posto; colocar em situação embaraçosa o que de estável naquele “corpo de conhecimentos”; enfim fazer uma espécie de enfrentamento das condições em que se dá o conhecimento (LOURO, 2020, p. 60).

E é a partir das perguntas de Silva e da provação de estranhamento de Louro, que me oriento para analisar o currículo da Faculdade Sesi-SP de Educação.

## **METODOLOGIA**

Para alcançar o objetivo da pesquisa, foi realizado uma análise a luz do referencial teórico citado dos seguintes documentos do curso de licenciatura em ciências humanas da faculdade Sesi -SP de Educação: projeto político pedagógico, currículo educacional e ementas, além do regimento educacional. Para compreensão da percepção dos docentes e discente que integram a Faculdade Sesi-SP de Educação, foi elaborado uma pesquisa no modelo formulário

eletrônico, com perguntas abertas e fechadas a fim de colher dados quantitativos e qualitativos no que tange a abordagem das categorias de gênero e sexualidade no currículo da faculdade, bem como o entendimento de cada um em relação ao tema. A pesquisa foi disponibilizada apenas para docentes e discentes do curso de Ciências Humanas.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

As categorias de gênero e sexualidade aparecem explicitamente apenas duas vezes ao longo do currículo. A primeira delas é em relação ao objetivo geral do curso:

[...] formar profissionais com conhecimentos teóricos e práticos, pautados nos princípios da interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética, para atuar principalmente como professor nos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e nas demais funções ligadas a esses anos de escolarização (FACULDADE SESI-SP DE EDUCAÇÃO, p. 61).

Para tal, segue o art. 8º da Resolução CNE/CP. N.2 de 2015, onde é especificado as habilidades e competências necessárias a um professor da escola básicas, entre elas "à consolidação da educação inclusiva através do respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras" (FACULDADE SESI-SP DE EDUCAÇÃO, p. 64).

A segunda vez aparece no capítulo dedicado a educação inclusiva, onde coloca as questões de gênero e sexualidade como pautas transversais e de inclusão:

A matriz curricular do curso permite o amplo debate sobre esses temas de forma transversal, visando a formação do egresso com consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica (Lei nº 9.795/1999 e Resolução CNE nº 02/2012), étnico-racial (Lei nº 11.645/2008, Resolução CNE/CP nº 01/ 2004), de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras (FACULDADE SESI-SP DE EDUCAÇÃO, p. 214).

Por outro lado, implicitamente, gênero e sexualidade podem ser abordados através de outros componentes que permeiam o currículo de diversas maneiras e em diversos momentos, como, por exemplo: multiculturalismo, democracia, diversidade, inclusão, identidade,



diferença, respeito, marcadores sociais, fenômenos sociais, cultura, direitos humanos etc. Logo, de forma pulverizada e transversalmente, existem possibilidades, entretanto há de se questionar a sua eficiência, sobretudo a prática em sala de aula.

No que tange as ementas de cada unidade curricular (UC), em nenhum momento é citado abertamente as categorias de gênero e sexualidade, muito embora, em algumas unidades curriculares há um potencial nítido de desenvolvimento, sobretudo nas UCs: Formas e estrutura de poder; A escola e o Currículo segundo diferentes abordagens, Estado, Sociedade e Educação; Gestão e processos de participação na escola (EAD); Culturas, identidades e movimentos sociais; Percursos para a Formação do Docente; Democracia e Ética na Educação; Currículo da Educação Básica para Ciências Humanas. É nessas UCs que há um aporte teórico fundamentado especialmente nos autores pós-estruturalistas - teorias essas que dialogam e recorrem às categorias de gênero e sexualidade.

Da forma como está posto, podemos compreender haver brechas que permitem a abordagem, mesmo que de forma marginalizada e que também não há inibição clara ao tema, todavia, o deixa arbitrário. Essa lacuna curricular deixa a critério, conhecimento e disposição de cada docente - que pode ou não fazer das categorias gênero e sexualidade uma lente para determinados fenômenos e contextos sociais. Analisando o contexto no qual está inserida, hooks nos alerta para esse movimento de atualização curricular para a “diversidade” que mantém o status quo inquestionável:

Hoje em dia, nas aulas de filosofia, obras sobre raça, etnia e gênero são usadas, mas não de um jeito subversivo. São utilizadas só para atualizar superficialmente o currículo. Esse apego ao passado é determinado pela crença profunda na legitimidade de tudo o que veio antes. Os professores que têm essa crença realmente têm dificuldade para fazer experiências e arriscar o seu corpo — a ordem social. Querem que a sala de aula seja como sempre foi. (hooks, 2017, p. 190)

Dessa forma fica evidente a pré-disposição de abordar as categorias de gênero e sexualidade a partir de um ponto de vista liberal/humanista do multiculturalismo, como alerta SILVA (2019):

A perspectiva liberal ou humanista enfatiza um currículo multiculturalista baseado nas ideias de tolerância, respeito e convivência harmoniosa entre as culturas. [...] Apesar do seu impulso ser aparentemente generoso, a ideia de tolerância, por exemplo, implica também uma certa superioridade por parte de quem mostra



"tolerância". Por outro lado, a noção de "respeito" implica um certo essencialíssimo cultural, pelo qual as diferenças culturais são vistas como fixas, como já definitivamente estabelecidas, restando apenas "respeitá-las" (SILVA, 2019, p. 88).

Nessa via, corre-se o risco de ignorar questões de poder, de entender a diversidade como uma manifestação humana sem processo de violência, sem a tentativa da normatização e dominação. Nessa perspectiva, por exemplo, uma pessoa heterossexual ou uma pessoa branca, não se encaixa no que se costumou chamar diversidade. De forma que esse mecanismo serve para colocar no outro a diferença em comparação a si, ou de determinado grupo sobre outro. Tratar pelas perspectivas de inclusão sem questionar quem é, por que é e por quem foi excluído não parece completamente eficaz. Por consequência, a matriz heterossexual (BUTLER, 2021) permanece intacta, dado que os questionamentos do que é normal, quem os define, de qual forma e por que, não são necessariamente respondidas. Portanto, o currículo da Faculdade Sesi-SP de Educação pode até ter a intenção de inclusão e de diversidade, de oferecer horizontes para os fenômenos sociais que rodeiam as identidades de gênero e sexuais, entretanto, faz isso de forma arbitrária.

Saliento que não advogo necessariamente a criação de uma UC que aborde especificamente essas categorias de gênero e sexualidade, embora essa possibilidade seja atraente. É necessário que fique evidente, sobretudo nas ementas que orientam os docentes no seu trabalho pedagógico, que essas categorias são indispensáveis para as ciências humanas e que a partir delas é possível transformar o cenário que vivemos, tanto na universidade, na escola e socialmente. E se a faculdade pretende que o egresso do curso, ou seja, o professor formado, no exercício da sua função deva "cumprir o papel social de um profissional qualificado para trabalhar com as atividades de docência, na área das Ciências Humanas, a par de valores éticos, estéticos e políticos" (FACULDADE Sesi-SP DE EDUCAÇÃO, p. 67) e ser capaz de adotar "atitudes de acolhimento e de respeito à diversidade étnico-cultural e outras" (FACULDADE Sesi-SP DE EDUCAÇÃO, p. 68), deve-se intencionalmente passar pelas categorias de gênero e sexualidade.

Todo currículo passa por um processo de escolha, de prioridade, do que deve ou não ser incluído, conseqüentemente ignorado, permanecer "desconhecido". O currículo da Faculdade Sesi – SP tem uma proposta audaciosa, que de alguma forma condensa ou tentar dar conta de quatro disciplinas, obviamente o espaço tempo é comprimido. Há de se pensar a que custo essas escolhas são feitas. De modo geral pode-se concluir que:



1. Professores e estudantes compreendem que é papel da escola abordar questões de gênero e sexualidade.
2. Os professores em formação se sentem parcialmente aptos para abordar as temáticas de gênero e sexualidade nas escolas de educação básica.
3. Há a necessidade de aprofundamento dos estudos de gênero e sexualidade no currículo e conseqüentemente na sala de aula.
4. Quando abordado em sala de aula, partem de casos isolados, tanto dos professores, quanto pelos alunos. Sendo que os alunos são responsáveis por geralmente iniciarem a discussão.
5. Para docentes e discentes a faculdade oferece parcialmente subsídios curriculares para que as categorias de gênero e sexualidade sejam trabalhadas.
6. Os estudantes compreendem os fenômenos sociais que são acarretados pelo gênero e pela sexualidade dos sujeitos, entretanto é necessário aprofundar o entendimento sobre a causa desses fenômenos. Em maior parte, não souberam citar referências teóricas que orientassem o entendimento.
7. Em suas experiências na residência escolar na educação básica, a abordagem de questões que envolvem gênero e sexualidade pouco foi vista em sala de aula. Entretanto é recorrente a violência simbólica envolvendo machismo, homofobia, transfobia etc.
8. O currículo da Faculdade Sesi-SP de Educação aborda de forma incipiente as categorias de gênero e sexualidade. Deixando sua abordagem interpretativa e facultativa.
9. No que se refere as categorias de gênero e sexualidade é necessário um maior aprofundamento e intencionalidade no currículo, sobretudo de que forma pode ser trabalhando dentro das unidades curriculares.
10. No currículo há uma tendência à abordagem multiculturalista que tem como centralidade a ideia de respeito, tolerância e igualdade. Dessa forma não oferece horizontes para compreensão das complexidades das categorias de gênero e sexualidade e suas implicações sociais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esse trabalho teve como recorte uma pequena parte, porém importante, que se refere as categorias de gênero e sexualidade, bem como elas podem nos ajudar a lançar novos olhares ao que está apresentando como dado, como natural, como correto, bem-visto, etc. Considerando a



matriz heterossexual causa das implicações que ocorrem socialmente e que são reproduzidas nas instituições de ensino, do nível básico ao superior.

Compreender que há projetos de educação e sociedade sendo construídos e disputados nos alerta para tomar posicionamentos e encarar com intencionalidade o projeto no qual se acredita. E nesse sentido, é o conjunto e a relação de docentes, discentes e comunidade escolar que dão vida ao conceito da escola – sem esses agentes seria apenas um espaço físico; e ao conceito do currículo – que também sem esses, não passaria de um documento sem utilidade. Para lançar mão desse status quo que coloca pessoas como normais e marginaliza outras, a educação pode oferecer contribuição ao invés de reforçar o cenário. Dessa forma o currículo que orienta o dia a dia dos docentes deve trazer com intencionalidade as categorias de gênero e sexualidade, de forma que elas ofereçam novas lentes aos professores em formação, para que futuramente em sua atuação profissional, possam seguir oferecendo novas lentes para seus estudantes. Portanto, que fique evidente que não estou declarando que seja papel da escola simplesmente combater a LGBTfobia, embora a escola deva estar atenta aos fenômenos sociais. Não declaro isso, pois é insuficiente. Na realidade o que está em jogo é mais profundo, é a necessidade de tratar o que considero causa raiz desse problema: as relações de poder sustentadas pela matriz heterossexual, o pensamento binário e a heteronormatividade que estão presentes na lógica de produção do conhecimento e das epistemologias.

As categorias de análise de gênero e sexualidade nos abre caminho para também questionar outras estruturas de poder, nutrir um olhar cético para “normal” ou “inquestionável”, nos abre para um universo desconhecido, ao qual não costumamos pensar. As respostas e possibilidades são múltiplas, e devemos traçá-las em conjunto, a partir do pensamento sistematizado/acadêmico e da prática, considerando as seguintes questões como horizonte: qual sociedade queremos construir? Como a educação pode ajudar pavimentar esse caminho?

Talvez dessa forma possamos mitigar os fenômenos sociais nos quais foram apresentados nessa pesquisa e se atrever a não só imaginar futuros diferentes, mas passar a construí-los. Compartilho como desejo, os anseios de Lorde:

Quando imagino o futuro, penso no mundo que anseio para minhas filhas e meus filhos. É como pensar na sobrevivência da espécie - pensar em favor da vida. Muito provavelmente sempre haverá mulheres que caminham com mulheres, mulheres que vivem com homens, homens que escolhem homens. Eu trabalho em prol de um tempo em que mulheres com mulheres, mulheres com homens, homens com homens, todos compartilharão o trabalho num mundo que não nos faça trocar o pão nem a identidade, pela obediência, nem a beleza nem o amor. Nesse mundo criaremos nossas crianças

livres para escolher a melhor maneira de se sentir realizadas. Por isso somos coletivamente responsáveis pelo cuidado e pela criação dos jovens, uma vez que criá-los é, enfim, uma função da espécie”. (LORDE, 2020, p. 98-99).

## REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Bruna G. (Org.); Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Org.). Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020. São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2020. 2020. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wpcontent/uploads/2020/10/anuario-14-2020-v1-interativo.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2021.

OLIVEIRA, JOSÉ MARCELO DOMINGOS DE (Org.); MOTT, LUIZ (Org.). Mortes Violentas De Lgbt+ No Brasil: 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia. 1 ed. Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade. 21 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

FACULDADE SESI-SP DE EDUCAÇÃO. Projeto pedagógico do curso de licenciatura em ciências humanas.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

hooks, bell. Ensinando a Transgredir: A educação como prática da liberdade. 2 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes Ltda, 2017.



I CONGRESSO  
INTERNACIONAL DE  
EDUCAÇÃO  
SESI-SP

LORDE, Audre. *Irmã outsider: Ensaio e conferências*. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.